

Apresentação

A Revista do Legislativo Paranaense apresenta o seu terceiro número neste mês de agosto, trazendo algumas novidades em relação às anteriores. Contando com um novo e conceituado Conselho Editorial, esse número foi inteiramente operacionalizado no sistema *Open Journal System* – OJS. Tais medidas permitiram a submissão *on-line* dos artigos e garantiram o procedimento de avaliação cega pelos pares, o que certamente aprimora a qualidade dos trabalhos publicados e consolida o compromisso da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Paraná com a disseminação do conhecimento científico.

Outra novidade é a inauguração dos *Cadernos das Escolas do Legislativo*, seção que objetiva contemplar artigos cujo foco são os trabalhos desenvolvidos pelas escolas das Assembleias, Câmaras e Tribunais de Contas, em todas as esferas. O artigo que estreia essa seção descreve o resultado de uma pesquisa realizada com alunos do ensino médio da rede pública de diferentes cidades do Estado de São Paulo. Após participarem de atividades de educação política, desenvolvidas pela Escola da Câmara Municipal de Itapevi, em conjunto com uma fundação, os alunos responderam a um questionário, que teve como escopo mapear a visão destes jovens sobre a política e comparar estes resultados, levando-se em consideração a cidade em que vivem.

Quanto à seção *Autor Convidado*, temos a satisfação de contar com o Prof. Dr. Rodrigo Kanayama, referência nacional no tema *Orçamento Público*, que auxiliado pelo Prof. Dr. Fabrício Tomio, exímio conhecedor do processo legislativo, e pelo Prof. Dr. Eduardo Miranda, também especialista em ambos os temas, produziram o artigo *Alocação de recursos no processo legislativo orçamentário no Estado do Paraná*. Munidos de uma vasta base de dados, os autores procuraram investigar a existência de conexão eleitoral com a alocação de recursos por meio de emendas parlamentares às legislações orçamentárias na Assembleia Legislativa do Paraná, em três legislaturas (1999-2011).

Em seguida, na seção *Artigos*, há trabalhos atualíssimos, que investigam diferentes facetas das últimas eleições legislativas e municipais, ocorridas em 2016 e 2018, com foco nos impactos causados pelas recentes mudanças na legislação eleitoral, conhecidas como “Minirreformas Eleitorais”, a primeira em 2015, sob a Lei n.º 13.165/2015, que trouxe como principal mudança em seu bojo a proibição do financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas, e a minirreforma de 2017, Lei n.º 13.488/17, que se destaca por ter criado o Fundo Especial de Financiamento de

Campanha, além de outras alterações, que serão abordadas com mais propriedade nos artigos a seguir, sem esquecer, evidentemente, o ambiente de crise política que permeou os últimos processos eleitorais no país.

O primeiro artigo investiga o efeito das novas regras do financiamento eleitoral de campanhas nas eleições de 2018 nas candidaturas de homens e mulheres para o cargo de Deputado Estadual no Estado do Paraná, com ênfase à composição das receitas de financiamento eleitoral de cada sexo. Os autores partem da hipótese de que os candidatos homens são mais bem financiados do que as candidatas e que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha também privilegia as campanhas masculinas. Tal discussão mostra-se altamente relevante, visto que em um universo de 54 cadeiras no parlamento paranaense, somente quatro delas são ocupadas por mulheres, sendo importante investigar como o financiamento de campanha obstaculiza o caminho para as candidatas vencerem uma eleição.

Na sequência, há outro trabalho sobre financiamento eleitoral, dessa vez no âmbito municipal, tomando como foco de análise a eleição para vereadores no Município de Curitiba, no ano de 2016. Os autores investigaram quais foram as principais formas de financiamento dos candidatos e quais prevaleceram nas candidaturas bem-sucedidas, abordando, também, outros aspectos importantes para obter sucesso eleitoral nas urnas nesse novo desenho institucional proporcionado pela minirreforma de 2015.

Por fim, o último artigo discute a tão comentada renovação parlamentar da Assembleia Legislativa nas eleições de 2018. Os autores propõem-se a mensurar se a vitória nas urnas de Jair Bolsonaro (PSL) foi tão determinante para a renovação na Alep quanto foi para a da Câmara Federal, considerando que, nesta, a representação passou de uma cadeira para 52 conquistadas pelo PSL na última eleição, enquanto naquela, passou de uma para oito cadeiras conquistadas pela agremiação. Por meio de uma análise comparativa com a renovação parlamentar obtida nos pleitos eleitorais de 2010 e 2014, os autores apontam para conclusões que guardam peculiaridades para a renovação parlamentar ocorrida no âmbito paranaense.

*Dylliardi Alessi
Francis Fontoura Karam
Roberta Picussa*